



## Debate Público Sobre o Futuro da PAC

**ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão**

- **Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?**
  - Olhar a Europa como um todo, criar uma política de formação agrícola e florestal organizada, apostando nos produtos de cada região, diversificando a oferta e tendo em atenção as características do território.
  - Apostar numa “agricultura tecnológica” avançando na selecção de espécies e tecnologias que melhor se adaptassem a situações extremas de clima.
  - Aumentar a ajuda europeia para solucionar problemas futuros através da troca de know-how.
  - Criação de políticas de incentivo à produção local para consumo local, reduzindo a dependência face às questões de distribuição e com isso diminuindo as emissões de CO2.
  - Acompanhamento técnico personalizado aos agricultores e fiscalização da actividade em tempo real de forma a controlar desvios a acompanhar e resolver problemas em tempo útil.
  - Orientação da produção em função da disponibilidade dos recursos existentes na região/país evitando os consumos e degradações exageradas do solo e ambiente na produção de bens não adaptados.
  - O desenvolvimento rural deve ser o pilar do todo o processo de aplicação da PAC.
  - Só o reforço do estímulo às parcerias locais de desenvolvimento existentes praticamente em todo o mundo rural europeu, permitirá a efectiva aplicação de políticas comunitárias de desenvolvimento rural, pelo conhecimento dos territórios e know-how adquirido.
  
- **Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?**
  - A metodologia de trabalho mais eficaz passa obrigatoriamente pela continuidade do trabalho desenvolvido pelas ADL.
  - A filosofia **LEADER**, ao colocar os agentes de desenvolvimento em diálogo permanente, na resolução dos problemas do território, torna esta metodologia o meio mais eficaz na aplicação dos instrumentos de política.
  - Criação de políticas flexíveis adaptáveis às características/necessidades do território, ao invés das actuais políticas rígidas e compartimentadas que na sua maioria não conseguem dar resposta efectiva às expectativas dos actores locais. Esta flexibilização passa por atribuir ao **LEADER** a capacidade de no

território, apoiar a globalidade das iniciativas promovam a melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia e criação de emprego, pelo apoio a projecto de pequena e média dimensão de forma integrada, isto é; desde a produção à comercialização, evitando a dispersão por diversos instrumentos de política, que muitas vezes culminam na inviabilização de iniciativas inovadoras por necessitarem actualmente da intervenção de diversas fontes de financiamento. Na nossa óptica, o **LEADER** deve apoiar projectos integrados e que resultem da necessidade real dos territórios e não da formatação imposta por regulamentos.

- **Como poderemos melhorar a gestão da política?**
  - Simplificar os instrumentos de apoio, evitando a multiplicidade dos mesmos e a sua ineficaz interligação, diluindo o excesso de burocracia, centrando o seu espírito no resultado final do que na formalização do pedido de apoio.
  - A melhor forma de aplicar os instrumentos de política, passa por atribuir às parcerias locais de desenvolvimento, uma maior responsabilidade na gestão dos fundos públicos, cabendo a cada Estado Membro uma maior disponibilidade para as acções de fiscalização.
  - Os investimentos de maior envergadura (> 1.000 milhão de euros), deveriam manter-se sob a responsabilidade dos Estados Membros ou de organismos acreditados para o efeito.